

# **Propositura ao Conselho do ICS**

**Trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão**

**TODOS SOMOS ICS**

**Universidade do Minho, 26 de Novembro de 2021**

## **Introdução**

A presente propositura à **Eleição do Representante do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão** (TAGs) no Conselho do ICS assenta em algumas ideias mestras, que vão orientar a nossa atuação neste órgão de governo do ICS.

Com efeito, é nosso entendimento que a participação dos **trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão** neste órgão de governo do Instituto de Ciências Sociais deve ser feita de modo **responsável, crítico e empenhado**.

Deve, no entanto, notar-se que os TAGs têm apenas **um representante** neste órgão, por opção estatutária do ICS, o que prejudica, de algum modo, a sua capacidade de atuação e de influência nas decisões a tomar.

A representação dos trabalhadores TAGs pode assumir um significativo papel, enquanto veículo de informação, e de transmissão da particular perspectiva deste corpo constituinte do ICS, em numerosos aspetos, designadamente, nos relacionados com a gestão do Instituto, e naqueles que particularmente afetam os seus direitos e legítimos interesses.

O saber adquirido dos TAGs, na vivência prática do quotidiano da Universidade do Minho e do ICS, sendo transversal às diversas áreas, promove um particular contributo para o bom funcionamento do Conselho do ICS tendo em conta as particulares valências decorrentes da sua intervenção.

Por outro lado, deve-se desde já acentuar que a nossa motivação nada tem a ver com interesses pessoais ou corporativos, sendo antes pautada pela defesa dos interesses comuns de todos os TAGs do ICS.

Parte-se, ainda, do entendimento de que o Conselho do ICS nas suas decisões, deve nortear-se pela valorização da missão intrínseca da Universidade, de gerar e de aplicar conhecimentos e saberes, promovendo a formação humana nas suas múltiplas vertentes, respeitando sempre a pluralidade de pensamentos e a livre expressão de opiniões.

## **Da Candidatura**

Acreditamos que o sucesso do ICS será tanto maior quanto a sua capacidade de envolver ativamente todas as pessoas que nele exercem a sua atividade. As pessoas são a base da existência e do sucesso do ICS e precisamos de lhes dar a importância que merecem.

Sentimos que há falta de informação aos TAGs sobre os assuntos em debate e sobre as atividades levadas a cabo por parte dos Órgãos de Gestão do ICS. Temos como objetivo apresentar um projeto

capaz de suprir estas lacunas, baseado na transparência, na democracia participativa e no diálogo regular com aqueles que nos propomos representar.

Deste modo, a candidatura incorpora ideias transversais, visando a união de todos os TAGs do ICS, tendo em conta que são comuns as nossas preocupações e anseios.

O que nos une é, assim, a defesa dos direitos, dos interesses e da valorização profissional e pessoal dos TAGs, bem como, a afirmação do seu papel enquanto interlocutores essenciais na vivência universitária.

As linhas mestras da candidatura, e pelas quais nos vamos nortear, são pois as seguintes:

- A dignificação do corpo de TAGs do ICS;
- A participação efetiva dos TAGs nas decisões que lhes dizem respeito;
- O direito a uma informação aberta, generalizada, e acessível;
- A vigilância ativa sobre as más práticas nos procedimentos seguidos, e, em particular, nos respeitantes à avaliação do desempenho;
- A colaboração com a Presidência do ICS, através de um diálogo construtivo com os diversos órgãos de gestão do ICS, através de trabalho conjunto e sempre que tal signifique o bem dos que fazem o ICS;
- Dialogar com todos os TAGs, independentemente do cargo que ocupem;
- Promover o trabalho colaborativo entre o corpo de TAGs do ICS;
- Manteremos os TAGs informados sobre as nossas posições que terão sempre como principal prioridade o respeito pela opinião daqueles que representamos;
- Não traremos para o Conselho do ICS agendas pessoais;
- Propomo-nos motivar a comunidade do ICS promovendo a sua valorização profissional e pessoal, nomeadamente defender o equilíbrio entre o trabalho e a Família;
- Defendemos a perspectiva de enriquecimento mútuo da relação entre trabalho e vida pessoal/familiar;

Levaremos a cabo reuniões com os órgão de governo do ICS, sempre de modo construtivo e na defesa dos interesses profissionais e direitos dos TAGs, nomeadamente no que respeita a:

- Regulamentos internos do ICS
- Reorganização de serviços do ICS
- Formulação de sugestões e apresentação de reclamações junto dos órgão de governo do ICS;

- Apresentação de sugestões e de reclamações junto da Comissão de Trabalhadores da UMinho (CT-UMinho);
- Promoção de contactos presenciais e diretos entre os TAGs do ICS;
- Promoção de reuniões entre os TAGs e a presidência do ICS;
- Defesa da valorização profissional e distribuição equitativa no acesso a ações de formação a todos os trabalhadores do ICS;
- Defesa, quanto legalmente possível, da promoção de igualdade de condições laborais entre os TAGs em regime de contrato em funções públicas e trabalhadores ao abrigo do regime de contrato individual de trabalho;

### **Pela dignificação e valorização dos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão e pela salvaguarda dos seus direitos**

A Universidade do Minho atravessa um difícil período, de constrangimentos vários, em resultado de uma conjuntura de permanente contenção orçamental, e em face das diversas medidas recessivas que lhe são impostas, obrigando assim a um delicado processo de gestão de verbas e de recursos humanos.

Neste processo, os TAGs são uma componente ativa e empenhada, tendo redobrado esforços para colmatar necessidades de pessoal, quer através da acumulação das tarefas desempenhadas, quer no empenho colocado na sua realização, tudo em prol da satisfação dos superiores objetivos e interesses do ICS e da Universidade.

No entanto, há que reconhecer que são um especial alvo das medidas que visam a redução da despesa pública, e também, por força da sua menor disponibilidade económica, particularmente afetados pelas mesmas.

A recente revisão das leis enquadradoras do regime de vínculos, carreiras e remunerações, bem como do regime de contratação em funções públicas, é geradora de situações de maior precariedade, obrigando a cuidados acrescidos dos TAGs no conhecimento das normas relativas aos seus direitos e garantias, bem como, dos correspondentes deveres.

Com efeito, as alterações introduzidas na legislação que regula as relações de trabalho em funções públicas, cujos efeitos se estão a sentir, são altamente penalizadoras dos direitos dos trabalhadores, visando, designadamente, uma acrescida redução do número de efetivos, mais cortes nas remunerações, alterações no horário de trabalho, revisão do regime de mobilidade (reduzindo a sua duração, com a posterior recolocação noutros serviços, ou a dispensa dos trabalhadores).

Por tudo isto, impõe-se uma interação constante com os TAGs do ICS, assegurando-se o direito de serem ouvidos e de participarem na tomada de decisões que lhes dizem particularmente respeito.

Neste contexto, assume particular relevância a fixação de critérios objetivos e transparentes na avaliação do desempenho, e ainda, um investimento institucional e individual na formação profissional dos trabalhadores.

Por outro lado, impõe-se o reconhecimento dos resultados obtidos, com rigor e imparcialidade, aferidos ainda pela sua **real repercussão** no contexto global do ICS.

No processo de avaliação de desempenho devem participar, de forma ativa, os avaliados, pois só deste modo a avaliação constituirá um instrumento de responsabilização e melhoria do desempenho, com impacto significativo na boa gestão do ICS, e no correspondente, e desejável, apoio às atividades de ensino e investigação.

Porém, tal só será possível através do estabelecimento de **critérios objetivos e imparciais**, e da introdução de fatores **de comparabilidade dos desempenhos**, através de indicadores que permitam o seu confronto com padrões de referência.

A formação profissional, decorre de imperativo legal (CTFP), cabendo aos órgãos de governo, de gestão, e aos dirigentes em geral, proporcionar aos TAGs ações de formação profissional, adequadas à sua qualificação. Neste campo, impõe-se uma política rigorosa de fixação de verbas, e uma adequada distribuição das mesmas, em função das necessidades, coletivas, do ICS, e individuais, dos trabalhadores.

### **Do direito à informação**

Os Estatutos da Universidade do Minho, no Capítulo dedicado ao *“Modelo de governação e princípios de gestão”*, consagram o princípio da *“transparência e publicidade”*, a observar por todos os órgãos da Universidade.

Princípios reforçados nos Estatutos do ICS, nos Artigo 3.º *“Missão e objetivo”* e Artigo 4.º *“Princípios orientadores”*.

É, por isso, imperativo reforçar e dar concretização prática a estes princípios. A comunicação institucional é um elemento chave, que possibilitarão ao ICS ser um espaço humano construído a várias vozes. O enfoque na comunicação aberta, no fluxo livre da comunicação em todas as direções e através de diferentes canais permitirá que todos os membros do ICS se sintam parte integrante do mesmo. Queremos que todos os TAGs sejam ouvidos periodicamente, de diversas formas, individualmente ou em grupo, aproveitando os seus conhecimentos para o desenvolvimento do ICS.

Temos que estar informados, com acesso a todas as regras e critérios em que assentam as decisões que nos dizem diretamente respeito, e posterior cruzamento de ideias e saberes, será fator de estímulo, motivação e melhoria da governação do ICS.

Os TAGs do ICS são particularmente afetados pela falta de divulgação e de informação, no que respeita a muitas regras que regem a sua atividade.

Reconhecendo esta realidade - e sem prejuízo da necessidade do devido exercício, pelos próprios interessados, do direito de acesso - um dos compromissos desta candidatura é o de prestar informação efetiva de todos os assuntos tratados no Conselho ICS.

### **Pela interação com os Representantes dos Trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão**

Para alcançarmos os nossos desígnios, é fundamental uma participação forte, coesa e ativa, o que só se consegue através do estabelecimento de pontos de união entre todos.

Neste processo, os TAGs que representam os seus pares nos órgãos do ICS, são interlocutores privilegiados, pois têm um conhecimento direto e imediato dos problemas e das necessidades reais existentes.

Como tal, pretende-se fazer uma interação contínua entre os TAGs do ICS, partilhando informação, de modo a potenciar as diferentes intervenções nos respetivos órgãos, em função das suas distintas competências.

As práticas de divisionismo entre os TAGs, induzindo a sua competição, mais não visam do que fragilizar as posições relativas de cada um, quebrando, se for o caso, a capacidade de resistência.

Assim, pugnamos por uma conjugação de esforços e de saberes, entre os TAGs do ICS.

### **Considerações Finais**

Candidatamo-nos em nome de uma intervenção fortemente **independente, crítica e responsável**.

Por uma efetiva liberdade de expressão e de divulgação permanente de opinião.

Por uma maior compatibilização da vida pessoal/familiar e profissional, que deve ser vista como prioritária para o ICS de forma a promover um equilíbrio e harmonia entre estas duas esferas da nossa vida e um maior bem-estar, com evidentes ganhos também ao nível da produtividade do ICS.

Nesta eleição pedimos que, com o seu voto, valide o nosso comprometimento neste projeto que pretende enaltecer os destinos do ICS, instituição onde passamos grande parte das nossas vidas.

Por uma real participação dos TAGs na definição do presente e do futuro do ICS.

Por um ICS para todos e com todos - professores, estudantes e **trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão**.

**Participa!**